



Savo Prtevic/AFP



A análise para uso emergencial da Sputnik V está parada na Anvisa à espera de documentos. Torres disse que portas estão abertas para o imunizante

É muito importante que se entenda que essa negativa de autorização excepcional de importação não deve somar a essa marca Sputnik V nenhum pensamento negativo. O que conclamo é que, tão logo essa situação seja, e esperamos que seja, resolvida, que não se credite a essa vacina nenhuma característica ruim"

Antonio Barra Torres, presidente da Anvisa

De acordo com Torres, a rejeição inicial ao pedido de aprovação da vacina russa não deve gerar uma desconfiança na população sobre o imunizante. "É muito importante que se entenda que essa negativa de autorização excepcional de importação não deve somar a essa marca Sputnik V nenhum pensamento negativo. Essa é uma marca do processo. O que conclamo é que, tão logo essa situação seja, e esperamos que seja, resolvida, que não se credite a essa vacina nenhuma característica ruim", enfatizou.

Reação

Após a negativa da Anvisa em relação à Sputnik V, o Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF, na sigla em inglês), que comercializa o imunizante, afirmou que os comentários do órgão regulador brasileiro sobre a vacina estavam "incorretos" e que a decisão de adiar a aprovação do produto poderia ter "motivação política". À CPI, Torres revelou que, em

um documento com explicações sobre a Sputnik V, o fundo russo fez críticas pessoais a integrantes da Anvisa. Ele frisou que essa atitude é inédita em discussões do tipo. "Os senhores poderão, ao analisar o documento, constatar que há uma parte inicial dele em que, de maneira surpreendente — não estamos acostumados a ver isso —, o fundo soberano tece críticas pessoais a integrantes da Anvisa, o que, no ambiente regulatório, é inédito", reprovou.

Perguntado se a Anvisa sofre pressões para a liberação das vacinas, Torres respondeu que vê, pelos meios de comunicação, manifestações de agentes públicos pelo aval a imunizantes. "Para a aprovação, a pressão é a que está na mídia. É essa que recebemos todo dia, por meio da mídia. Todos nós temos assistido aos telejornais, em que os agentes públicos, desejosos de atender sua população, têm cobrado. Lógico que isso exerce uma pressão, é ostensiva e pública", completou. Ele negou que tenha so-

frido qualquer tipo de coação do presidente Jair Bolsonaro.

Covaxin

Também conforme Torres, a vacina Covaxin, destinada à prevenção da covid-19 e fabricada pelo laboratório indiano Bharat Biotech, não foi liberada pelo órgão regulador brasileiro pelos mesmos motivos da rejeição à Sputnik: a falta de comprovação de que cumpriram os requisitos necessários para receber autorização da agência. Ele declarou esperar os responsáveis pelos dois imunizantes apresentem as informações solicitadas para solucionar as pendências.

No caso da Covexin, segundo o diretor, a visita in loco da Anvisa não atestou boas práticas de fabricação à Bharat Biotech, fabricante da vacina.

O relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), perguntou se houve "preciosismo" da Anvisa. "Não, em absoluto", respondeu Torres.

Documentos às dezenas

Com duas semanas de trabalho, a CPI da Covid já recebeu 42 documentos. Esse é apenas o começo da farta quantidade de provas que devem chegar até o grupo de investigação ao longo de 90 dias de diligências.

Já existem quase mil requerimentos solicitando informações do governo federal e dos estados sobre o enfrentamento à pandemia. O Ministério da Saúde e o Palácio do Planalto são os principais alvos das demandas, como a solicitação para que a pasta informe quais unidades da Federação solicitaram lotes de cloroquina, ivermectina e outros medicamentos que não têm eficácia comprovada contra a covid-19, mas foram usados em várias unidades de saúde em pacientes infectados por coronavírus. As informações ficam sob sigilo dos parlamentares e podem nortear outras ações, com pedidos de busca e apreensão e quebras de sigilo, que devem ser feitos na Justiça.

A CPI tem autonomia para convocar testemunhas, arrolar autoridades e cidadãos sem cargo público como investigados e até mesmo realizar prisões em flagrante. Raphael Sodrê Cittadino, presidente do Instituto de Estudos Legislativos e Políticas Públicas (IELP), afirmou que as solicitações podem ser feitas pelos próprios parlamentares à Justiça. "Na coleta de provas, a CPI pode requisitar documentos de qualquer fonte pública ou privada, inclusive sigilosos, mediante requerimento aprovado por maioria da comissão. Caso não sejam fornecidos, a CPI pode solicitar ao Judiciário que determine busca e apreensão, pedido que será analisado por um juiz ou tribunal, a depender do foro da pessoa alvo do pedido", disse.

Cittadino explicou que a documentação pode embasar pedidos de indiciamentos dos en-

Caso não sejam fornecidos (documentos), a CPI pode solicitar ao Judiciário que determine busca e apreensão"

Raphael Cittadino, presidente do IELP

volvidos e outras ações criminais e civis. "As provas colhidas em CPI embasam o relatório final, que é encaminhado ao Ministério Público para promoção da responsabilidade civil e criminal", completou.

Validade

O advogado Joaquim Pedro de Medeiros Rodrigues, sócio-fundador do Pisco & Rodrigues Advogados, afirmou que, apesar de ocorrer no âmbito do Legislativo, as provas produzidas e colhidas pela CPI têm a mesma validade das obtidas pelo Judiciário. "A CPI é um instrumento para colher evidências (provas), que, depois de apuradas, são encaminhadas para a responsabilização dos implicados. Por exemplo: se a CPI identificar que algum crime foi cometido, aciona o Ministério Público, que vai oferecer a denúncia", explicou. "Toda prova produzida no âmbito das CPIs possui a mesma validade de outras produzidas no curso de um processo judicial. Por isso, podem ser utilizadas em ações para apurar a responsabilidade civil ou até mesmo penal das pessoas investigadas." (RS, JV e LC)

Veto à Sputnik por falta de dados

» JORGE VASCONCELLOS
» LUIZ CALCAGNO
» RENATO SOUZA

Na CPI da Covid, o presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, explicou os motivos que levaram o órgão regulador a barrar a liberação da vacina russa Sputnik V, destinada à imunização contra o novo coronavírus. Segundo ele, há divergências de dados em vários documentos, e a Rússia não prestou os esclarecimentos solicitados pela agência. Ele afirmou, no entanto, que as portas da Anvisa não estão fechadas.

As questões envolvendo o imunizante russo foram tema de perguntas de vários senadores da CPI. Nas respostas, o presidente da Anvisa frisou que não há qualquer tipo de motivação ideológica ou preciosismo por trás da decisão do órgão regulador.

Entre as razões para a recusa da vacina, disse Torres, está a presença de adenovírus replicante em sua composição. Segundo o gestor, existem documentos diferentes que atestam ou negam a presença do vírus vivo no imunizante, e não há um mapeamento informando como o organismo reagirá no corpo humano. O presidente da Anvisa lembrou que o próprio desenvolvedor, o laboratório russo Gamaleya, entrou em contradição sobre os dados ou não respondeu ao questionamento, e que as demais vacinas aprovadas no Brasil passaram pelo mesmo procedimento.

"É informação do desenvolvedor. Ele coloca isso de maneira clara nos documentos que envia a nós, dizendo que em todos os lotes foi observado um valor diferente de zero. Quando se refere à questão da presença em todos os lotes, é a informação que o instituto nos passa, e coloca um índice até 'x'. Qualquer coisa até 'x' é diferente de zero. O preconizado é o zero", explicou.

Torres, que é médico, destacou que existem vacinas eficientes com vírus vivo. "O que é preciso nessa ocasião? A documentação de que a eventual presença de vírus replicantes é auto-extinguida em 'x' horas ou 'x' dias, ou foram mapeados e não causam mal nenhum. Temos, primeiro problema, a existência pura e simples. Segundo, onde está o mapeamento do que eles fazem no corpo? Também não havia. Tínhamos a informação de algo que não deveria estar lá e sem o mapeamento de sua trajetória", argumentou.

Outro ponto ressaltado pelo depoente é que as informações enviadas pelo fabricante da vacina precisam ser verificáveis. "A análise regulatória não se pauta pela afirmação, ou teríamos um ateste e o problema estava resolvido. Ela repassa praticamente todos os passos apresentados para se observar o mesmo resultado", frisou. "Se há a informação que a eficácia é de 50%, 70%, não basta a informação. É necessário que todos os cálculos sejam apontados para que possamos ver como se chegou àquele valor."

Torres destacou, ainda, que as decisões da Anvisa são publicizadas e que o processo de aprovação emergencial de vacinas contra o novo coronavírus passam por três áreas técnicas diferentes, por 30 ou 40 técnicos, além de um diretor-relator e outros cinco relatores do processo. "Eu tenho situação em que reputo como muito mais grave que a do vírus replicante: é a ausência de estudos de toxicidade reprodutiva, e mais 12 ou 13 itens. Esse rigor regulatório foi empregado nas cinco vacinas aprovadas. As cinco passaram por ele. Nenhuma teve aprovação tácita. Todas tiveram o bate e volta, que faz parte do processo. Argumentação científica na pergunta e argumentação científica na resposta", ressaltou.

Críticas a Bolsonaro

Na sessão da CPI da Covid, o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, criticou o passeio de motocicleta que o presidente Jair Bolsonaro fez no domingo, acompanhado de vários outros motociclistas. Ele classificou o ato de "sanitariamente inadequado", por causa da aglomeração.

Torres deu sua opinião ao ser perguntado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA). A parlamentar quis saber, também, se o depoente, que é motociclista, participou do passeio. "Eu não estive nesse evento, sou contra aglomeração. Nas mídias sociais dos grupos de motociclistas, apareceram vários motogrupos, com todas essas questões, mas eu, realmente, não compareci. Aliás, além de ser sanitariamente inadequado, não é preconizado."

Perguntado pela senadora se era contra aglomerações, o chefe da Anvisa se posicionou contra vários tipos de comportamento do presidente durante a pandemia. "Não, não concordo. Qualquer coisa que fale de aglomeração, não usar álcool, não usar máscara e negar a vacina são coisas sem nenhum sentido do ponto de vista sanitário", enfatizou.

Apesar do discurso, o chefe da Anvisa reconheceu, durante o depoimento, que cometeu um erro ao participar, em 15 de março de 2020, ao lado de Bolsonaro, de uma manifestação em frente ao Palácio do Planalto. À época, ele foi fotografado sem máscara, enquanto o chefe do governo cumprimentava apoiadores em uma aglomeração. Questionado sobre o assunto pelo relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), ele disse que, se tivesse pensado por cinco minutos, não teria ido ao local naquele momento.

Evaristo Sá/AFP



As aglomerações causadas pelo presidente Jair Bolsonaro, como a de domingo, foram alvo de reprovação

O depoente afirmou, ainda, que não foi ao Planalto para a manifestação, mas para encontrar o presidente. Quando chegou, conforme disse, o ato já estava acontecendo. "Tenho plena ciência de que, se pensasse mais cinco minutos, não teria feito. O assunto (do encontro com o presidente) não necessitava de urgência para ser tratado. Foi um momento em que não refleti na imagem negativa que isso passaria, e, depois disso, nunca mais houve esse tipo de comportamento meu."

O presidente da Anvisa também justificou o motivo de não ter usado máscara no evento. "Naquela época, o que preconizava o Ministério da Saúde é que máscaras deveriam ser usadas por profissionais de saúde, cuidadores de idosos, mães amamentando e pessoas diagnosticadas com covid. Não havia consenso do uso por parte da população", argumentou. Segundo ele,

"a própria OMS (Organização Mundial da Saúde), um pouco antes, colocou dúvida quanto à eficácia (da máscara)". "Isso foi um processo que evoluiu e, hoje, ninguém mais tem dúvida sobre a importância do uso."

O médico acrescentou que, apesar da amizade que tem com Bolsonaro, pensa diferente do presidente no que diz respeito ao distanciamento social e às determinações da ciência. "As manifestações que faço tem sido todas no sentido do que a ciência determina", destacou. "Na última live em que participei com o presidente, permaneci de máscara, o que foi comentado pela imprensa até de forma elogiosa. São formas diferentes (de pensar) de pessoas diferentes", afirmou.

Ofendido

Em outro momento do depoimento, Torres relatou que

"se sentiu ofendido" com críticas feitas pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), ao trabalho da agência. Em fevereiro, o parlamentar disse que iria "enquadrar a Anvisa" por considerar exageradas as exigências para a aprovação de vacinas contra a covid-19. Na ocasião, afirmou que os diretores da agência "não estavam nem aí para a pandemia". "Recebi muito mal (a declaração). Não só eu, os servidores da Casa se sentiram profundamente ofendidos por essa declaração. Primeiro, porque ela não é verdadeira. Pessoas que trabalham na Anvisa abriram mão de tudo o que um ser humano pode abrir mão. Já abriram mão de família, tempo livre, final de semana, noite de sono; e ouvir de uma autoridade do cenário político nacional que 'não estamos nem aí' foi muito ruim. Eu não sou capaz de qualificar o quanto foi ruim." (JV, RS e LC)